

Boas esposas e mães sábias: As demandas das mulheres japonesas de Kishida Toshiko aos nossos dias

Angélica Alencar



Doutora e Mestre em História Japonesa com especialização na atuação dos Jesuítas no Japão durante o século XVI pela Sophia University, Tóquio. Ex-bolsista do programa MEXT do governo Japonês com curso de aperfeiçoamento da língua japonesa na Tokyo University of Foreign Studies. Ex-arquivista do Institute for Christian Culture, Tóquio. Atual co-curadora dos Assuntos Japoneses do Centro de Estudos da Ásia (CEA - UFPE), professora de língua e cultura Japonesa do Núcleo de Línguas e Culturas (NLC - UFPE) e da Escola de Língua Japonesa do Recife.

E-mail: alencar.angelica@yahoo.com

Resumo

Nos últimos cinco anos temos visto mulheres japonesas se unindo para exigir menos discriminação no ambiente de trabalho. Desde a obrigatoriedade da maquiagem, das lentes de contato e do salto alto nas empresas até padrões sociais que lhes são impostos pela própria cultura, elas têm elevado suas vozes nas plataformas online lutando por igualdade. Mas essas não são demandas novas. Séculos antes, mulheres como Kishida Toshiko 岸田俊子 (1863-1901) subiram em palcos pelo país para explicar o básico: que as mulheres representam metade da população japonesa e que por isso devem ter vez e voz na sociedade. Esse artigo então é uma breve reconstrução histórica da situação das mulheres no Japão desde a reabertura do país ao contato com o Ocidente cristão em meados do século XIX, focando na figura de Kishida, cujos discursos nos parecem tão atuais quanto necessários para que às mulheres japonesas seja permitido um lugar fora da caixa ainda vigente de boas esposas e mães sábias.

Palavras-chave

Mulher japonesa, Desigualdade social, Feminismo, Kishida Toshiko

Boas esposas e mães sábias: As demandas das mulheres japonesas de Kishida Toshiko aos nossos dias

Por Angélica Alencar¹

Antigamente, diziam que as mulheres eram escravas, vermes que ignoravam a si mesmas, bonecas, mas, por outro lado, elas possuíam um tipo de feminilidade muito superior ao que possuo hoje, tinham grandeza de alma, eram suficientemente sensatas em face de sua submissão, conheciam a pureza do sacrifício e compreendiam com clareza o que era servir sem esperar nada em troca.

Mulheres, de Osamu Dazai

Em março de 2019 mulheres japonesas uniram-se para condenar a regra social que as obriga a usar maquiagem no trabalho. Naquele mesmo ano, oito meses depois, jornais relataram um grande movimento na mídia local afirmando que algumas empresas obrigavam funcionárias a retirar seus óculos por uma questão puramente estética. Denúncias e histórias pessoais multiplicaram e algumas instituições se justificavam afirmando que o acessório tinha sido banido porque passava uma impressão fria aos clientes. Outras, como as companhias aéreas, alegavam questões de segurança. Já aquelas no setor de beleza diziam que não seria possível ver a maquiagem das funcionárias se estivessem usando óculos.

Mas em meio a toda essa comoção, que tomou proporções significativas e apareceu em noticiários do mundo todo, não parecia claro se essas eram regras internas desses locais ou se apenas refletiam as práticas já aceitas na sociedade japonesa. Segundo a BBC, a professora de sociologia da Universidade de Quioto de Estudos Estrangeiros, Kumiko Nemoto 根本宮美子, disse que os japoneses estavam apenas reagindo a políticas ultrapassadas, que era uma questão puramente de gênero e claramente discriminatória. Ela ainda afirmou que os relatórios refletiam um pensamento japonês antigo e tradicional, pois não se tratava do desempenho dessas mulheres nos seus respectivos trabalhos, mas apenas do valor que as empresas davam à aparência feminina.

Particularmente porque aos homens é permitido usar óculos no serviço, mas para muitas mulheres as lentes de contato são obrigatórias mesmo durante problemas de saúde, como uma infecção ocular. Elas então devem ser bonitas, pois a aparência boa é o primeiro passo para o sucesso – esses são valores bem enraizados na sociedade japonesa, segundo Sook Ja Park, uma consultora de diversidade falando para a NHK.

¹ PhD e MA em História Japonesa pela Sophia University 上智大学, Tóquio, Japão.

Essa discussão encontra ressonância em outra polêmica semelhante, que tinha acontecido ainda em Junho de 2019. A atriz e escritora, Yumi Ishikawa 石川優実, lançou uma petição online pedindo para o Japão terminar com as regras ou códigos de vestimenta que obrigam mulheres a trabalhar de salto alto, pois, segundo o JSTOR Daily, os estabelecimentos japoneses exigem saltos entre 5cm e 7cm. Muitas japonesas uniram-se para criticar essa obrigação e a indignação geral apenas aumentou quando o então ministro da saúde e do trabalho, Takumi Nemoto 根本匠, afirmou que era necessário manter tais regras, deixando claro que as mulheres são analisadas baseado apenas em sua aparência física.

Todos esses problemas trouxeram à tona questões de desigualdade de gênero no Japão nos últimos anos. A CNN chegou a afirmar que o país estava em 110º lugar entre os 149 países no Fórum de Economia Global, que mede exatamente o grau de desigualdade entre os sexos. Ele era também o último entre os países do G7 nessa mesma questão. Mas enquanto lia todo esse movimento, nada disso me espantou, pois nos meus doze anos de convívio direto com o Japão vi e ouvi muitos relatos semelhantes.

Um deles veio de uma antiga vizinha e uma das poucas amigas estrangeiras que fiz no país. Norueguesa de longos cabelos naturalmente alaranjados, ao terminar seu mestrado e entrar no mercado de trabalho, tinha sido convidada pela empresa que a contratou a pintar suas madeixas de preto para ficar igual a todos os outros funcionários. Minha própria vivência na Terra do Sol Nascente só veio a ser mais respeitada dentro da universidade onde estudei e pesquisei por anos quando troquei o jeans, o tênis e a camiseta, vestimentas comuns na academia brasileira, por roupas mais clássicas e femininas. A sensação foi a de que minha capacidade como pesquisadora tinha subitamente mudado, e agora o que eu tinha a dizer na minha área de especialização merecia a devida atenção.

Por isso faço questão de alertar meus alunos, em sua maioria estudantes que cultivam sonhos de morar e trabalhar no Japão: encaixar-se no padrão vigente é fundamental e, como mulheres, temos que dobrar nosso esforço para sermos levadas em consideração, incluindo do ponto de vista estético. E o interessante de tudo isso é que não é algo recente, como bem lembrou a professora Nemoto já citada. O papel e a situação das mulheres no Japão é um reflexo do desenvolvimento histórico daquela sociedade, portanto é impossível entender o presente sem voltar-se para o passado, para a época do início dos movimentos feministas naquele país que trouxeram à tona figuras interessantes como Kishida Toshiko 岸田俊子 (1863-1901), cujos discursos se assemelham muito às demandas das mulheres japonesas dos nossos dias.

Tudo parece ter começado ainda no período Tokugawa 徳川時代 (1603-1868), que é conhecido como a época pre-moderna japonesa, ou o início do período moderno, porque explica as diferenças culturais que observamos entre o Japão medieval e o modernizado.

Esse governo conseguiu se desenvolver política, econômica e culturalmente depois de séculos de querelas internas e guerra civil, o que acabou impulsionando o país a alcançar o nível das nações modernas ocidentais no período seguinte e após a Restauração Meiji 明治維新 (1868).

Edo, atual Tóquio, havia se tornado o centro político desse governo militar, mas Osaka, que tinha mais de quatrocentos mil habitantes, prosperou como centro financeiro de cultura comerciante - lá os senhores de terras trocavam o arroz produzido em suas regiões por dinheiro. Graças a isso essa classe floresceu e passou a enviar seus filhos para as academias para receber uma educação neo-confucionista - uma mistura do pensamento budista, shintoísta e confucionista chinês - com ideias semelhantes às dos samurai, a classe ainda dominante.

Entretanto, do ponto de vista das mulheres a realidade era distinta e demoraria muito a começar a mudar, como veremos. O *onna daigaku* 女大学, atribuído a Kaibara Ekken 貝原益軒 (1630-1714), de 1672, ensinava que as mulheres deveriam buscar obediência, castidade, misericórdia e tranquilidade. Tinham que ser femininas como os homens samurai tinham que ser valorosos, dando continuidade à linhagem familiar. Assim, os papéis de gênero eram fixos, também idealizados por esse pensamento neo-confucionista, que acabou por moldar inclusive a estrutura moral da sociedade japonesa.

Mas a insatisfação interna com o governo da casa Tokugawa ao longo de mais de dois séculos, impulsionada pela chegada dos navios americanos em 1853, findou com a reabertura do Japão ao contato com o Ocidente depois de um longo período de relativo isolamento. Nasceu assim uma nova era a partir da restauração do poder à casa imperial, cujo processo pregou, entre outros, uma assembleia deliberativa, voto universal masculino, abandono dos costumes do passado e busca de conhecimento ao redor do mundo para fortalecer o novo governo.

Tudo isso se traduz na situação das mulheres, que eram ordenadas a serem boas mães e esposas para dar suporte à revolução e à ideia de um Estado Família, onde elas seriam as responsáveis pelo ensino da moral tradicional. Mas na década de 1870 as japonesas já tinham ideias próprias, e não aceitavam tranquilamente proibições como de corte de cabelos e impedimento de entrada na educação superior.

E é um reflexo do tratamento delas na história japonesa o fato de sabermos tão pouco sobre a contribuição das mulheres para o grande debate a respeito dos direitos do gênero, que começou no período Meiji e tem continuado até os nossos dias. Esses debates foram levados a cabo graças à oposição política crescente, que já criticava um governo que impunha pesos econômicos pouco populares no povo, e que de início forçou mudanças sociais que deixaram a classe guerreira, antes dominante, sem seu status.

A capacidade das mulheres japonesas de fazer uso dessa oposição para lançar luz sobre os problemas sociais envolvendo-as foi um dos principais acontecimentos da segunda década da Era Meiji. Nesse período, o Japão viu-as lutar pelo voto, pedir o fim da discriminação de todos os tipos, exigir melhor educação e deixar claro que queriam ter papel importante no esforço geral de construir uma nação verdadeiramente moderna.

Os anos de 1882 a 1884 foram críticos, pois viram surgir os primeiros movimentos feministas, encabeçados por mulheres que pensavam nas possibilidades futuras, temperadas pelas lembranças amargas do passado. Isso porque, durante as primeiras décadas do período Meiji, essas damas tinham escutado os pensadores japoneses falando sobre o conhecimento acumulado pelas grandes potências ocidentais, incluindo com relação às mulheres, enquanto observavam seu próprio governo seguir caminho oposto.

A discussão mais significativa foi gerada pelos intelectuais da Sociedade Seis Meiji, uma academia nomeada pela fundação em 1873, o ano 6 da Era Meiji. Convencidos de que a tradição antiga de ver a mulher como inferior era uma das principais contribuições para o atraso do país com relação ao resto do mundo, muitos membros sugeriram que elevar o status delas dentro das famílias seria um passo crucial para a modernização.

Vários membros do grupo acreditavam que essa mudança deveria vir das futuras gerações, criadas por mulheres que tivessem maior respeito e poder na família. Alguns até pediram para acabar com o sistema de concubinas, mas foi Nakamura Masanao 中村正直 (1832-1891) que apresentou o argumento mais completo, quando cunhou o termo *ryosai kenbo* 良妻賢母 - boa esposa, mãe sábia.

Tomando emprestado um modelo ocidental clássico do século XIX, Nakamura (que era cristão) argumentou que a família era a esfera própria da mulher e que a vocação natural dela era a educação de seus filhos. Considerando a experiência do período Tokugawa, a sugestão de que a mulher deveria desempenhar um papel importante no lar, que deveria ser educada e, dentro dos limites, demonstrar sua inteligência e competência, era revolucionária.

Uma mulher samurai, até a era anterior, podia ou não ser o principal adulto que nutria a vida de seu filho pequeno, mas ela quase nunca assumia um papel importante na tomada de decisões sobre a educação ou o bem-estar geral da criança. Todas as decisões que envolviam os filhos, especialmente os meninos, eram assumidas por uma hierarquia familiar na qual o poder era determinado pelo sexo e pela idade.

Embora seja difícil generalizar entre as várias classes e seja óbvio que as mulheres samurai muitas vezes sofreram o impacto do modelo neo-confucionista de feminilidade predominante durante o período Tokugawa, todas elas padeciam de uma atitude

caracterizada como *danson johi* 男尊女卑 – a dominação masculina das mulheres.

E por mais revolucionárias que fossem as ideias intelectuais do Meiji Seis, elas não foram suficientemente longe para muitas mulheres japonesas. Embora concordassem com os sentimentos expressos por intelectuais da sociedade a favor da monogamia, elas não conseguiam aceitar a limitação de que as mudanças no status das mulheres deveriam se limitar à família.

Quando o Partido Liberal foi fundado em 1881 com base na força organizacional do movimento pelos direitos populares, as japonesas ganharam uma arena na qual poderiam buscar a reparação de uma série de queixas antigas. Embora o direito ao voto já tivesse sido identificado como uma questão feminina, o sufrágio não era inicialmente tão importante para as mulheres quanto a mudança de atitudes em relação a elas na sociedade. Ou seja, proporcionar oportunidades iguais na educação e no emprego, e oferecer direitos iguais em questões de propriedade e direito civil.

Nesse sentido, a dama que talvez melhor tenha articulado tanto as críticas quanto as aspirações daqueles que rejeitaram o passado e aceitaram o desafio de um Japão em transformação, no qual elas desempenhariam papéis maiores e mais significativos, foi exatamente a já mencionada Kishida Toshiko.

Ela não foi a primeira mulher a discursar em uma reunião política defendendo a igualdade de direitos para as japonesas, mas foi uma das oradoras mais eficientes de sua época, e a única a realizar grandes turnês de palestras pelo país sob o patrocínio do Partido Liberal.

Filha de um rico comerciante de Quioto, ela foi incentivada a levar a sério questões intelectuais por sua mãe, que cuidou para que Toshiko recebesse todas as oportunidades educacionais oferecidas a uma mulher de sua posição. Por isso, aos dezesseis anos Kishida tornou-se a primeira plebeia a ser convidada para a corte, para servir à imperatriz Meiji como oradora e consultora literária. Ela foi ainda a primeira mulher palestrante sobre a qual a maioria do público já tinha ouvido falar, e a primeira a exprimir oficialmente a necessidade de libertação das mulheres, bem como sobre a construção de uma sociedade que honrasse o princípio da igualdade entre os sexos.

A palestra era um importante veículo de comunicação nos Estados Unidos do século XIX, mas era novidade no Japão da época e Kishida tinha sido a primeira mulher a utilizá-la efetivamente após sua introdução no país pelos intelectuais do Meiji Seis. Ciente de que havia se tornado um símbolo de mudança, ela conseguiu conviver com as pressões, parecendo intocada pelas contínuas fofocas dos jornais que a ligavam à maioria dos líderes casados do movimento pelos direitos populares. Tornou-se inclusive muito hábil em lidar com incidentes criados por políticos homens que às vezes se recusavam a

compartilhar o palanque com uma mulher.

Como os jornalistas que cobriam os discursos dela estavam mais interessados em relatar o que vestia do que sua fala, o conteúdo de muitos dos discursos de Kishida não está bem documentado. No entanto, os títulos da maioria estão disponíveis e sugerem que, com poucas exceções, ela se concentrou em questões femininas. Mas alguns especialistas comentam que os penteados e as roupas elegantes nessas ocasiões públicas mostram que a moda era associada à modernização das mulheres japonesas. Ela era uma ferramenta utilizadas por damas como Kishida, pois sabiam que vestindo-se bem não teriam suas palavras ignoradas ou ridicularizadas por se apresentarem em público de forma pouco apropriada.

Aliás, no caso dela, que se vestia de forma bem feminina, acredita-se que foi mais a junção de uma aparência elegante e clássica com a “masculinidade” de sua linguagem o que gerou tanto admiração quanto censura em torno de sua imagem.

Estudiosos também afirmam que dois documentos indicam claramente as principais preocupações e críticas que Kishida expressou nesse período: “Para meus irmãos e irmãs”, publicado em série em um jornal de Tóquio em 1884 e derivado de muitos discursos anteriores, e “Filhas confinadas em caixas”, um discurso que ela proferiu em Otsu em 12 de Outubro de 1883. Esse último foi sim preservado, pois foi nessa ocasião que ela foi presa pelas autoridades locais.

Kishida equiparou igualdade a civilização, e presumiu que as mulheres deveriam participar de um esforço nacional de modernização que era grande demais para ser carregado nos ombros de apenas metade da população. Disse ela que nos tempos antigos havia vários ensinamentos e costumes ruins no Japão, que deixariam pessoas de qualquer nação livre e civilizada terrivelmente envergonhadas. Dentre eles, o pior era a prática de respeitar os homens e desprezar as mulheres. E como naquele momento estariam tentando construir uma nova sociedade por meio da cooperação, ela falava de igualdade e direitos iguais.

Entretanto, como no passado, os homens japoneses continuavam a ser respeitados como senhores e maridos enquanto as mulheres eram desprezadas como empregadas ou servidoras. Portanto, não poderia haver igualdade em tal ambiente.

Para aqueles que argumentavam que as mulheres estavam destinadas a um papel inferior devido à sua falta de força física, Kishida respondeu que tal status havia sido determinado assim apenas nas sociedades primitivas. Então aceitar esse ponto de vista era substituir a civilização pela barbárie; era tolerar o comportamento de um homem que usava a força do seu braço para controlar uma mulher, ou as ações de uma potência ocidental que usava força superior para atacar e dominar nações mais fracas.

Se as mulheres japonesas do período Meiji pareciam intelectualmente atrasadas em relação a seus colegas homens, observou Kishida, não era consequência natural do gênero, mas sim o legado do antigo sistema de autoridade patriarcal que havia negado a elas o acesso à educação.

Ela atacou duramente o sistema familiar japonês, que impossibilitava que a maioria das mulheres desenvolvesse suas capacidades intelectuais. Esse sistema, segundo Takeyoshi Kawashima 川島武宜 (1909-1992), tinha características feudais e patriarcais, onde as obrigações e deveres eram verbalizados e ensinados de forma didática, com os conceitos de dever para com os pais e obrigação entre indivíduos. Seu discurso *Hakoiri musume* 箱入り娘 tornou-se então uma das avaliações mais críticas daquele sistema já apresentada por uma mulher no período Meiji, atacando a subordinação delas na família e concentrando-se no fracasso de mães e pais em proporcionar experiências educacionais adequadas para suas filhas.

Tudo isso em nome de protegê-las para o casamento, mantendo-as sob rigorosa vigilância e, muitas vezes, confinadas em casa. Vale lembrar que menos de 50% das jovens elegíveis do país estavam frequentando a escola, embora a educação obrigatória igualitária tivesse sido instituída em 1872. Kishida esperava que, no futuro, houvesse algum reconhecimento do fato de que o primeiro requisito para o casamento era justamente a educação.

Segundo ela ainda, os verdadeiros pais eram aqueles que abriam as portas do conhecimento para suas filhas e lhes davam as ferramentas adequadas para administrar suas vidas. O céu dava liberdade a essas meninas, e aquela era uma época que exigia que elas desenvolvessem um conhecimento profundo sobre o mundo ao seu redor. Assim, pais e mães que educavam suas filhas em cerimônia do chá, arranjo de flores, canto e dança, ao invés de apresentar-lhes desafios intelectuais, deveriam reconhecer a contradição entre insistir que elas desenvolvessem virtudes ditas femininas e educá-las de uma forma que as tornasse pouco mais do que aprendizes de gueixas.

Portanto, a única caixa apropriada para as filhas, explicava Kishida aos pais, seria uma tão grande e livre quanto o próprio mundo, e que demonstrasse uma apreciação dos sentimentos das jovens. A longo prazo as relações familiares seriam melhoradas, já que muitos dos problemas existentes eram causados pela desigualdade que as mulheres vivenciavam em casa, na família, onde as relações com os homens eram baseadas não em amor e respeito, mas em poder.

Por exemplo, Kishida criticava duramente os modos da era *rokumeikan* 鹿鳴館, um período em que os funcionários do governo japonês e suas esposas recebiam diplomatas ocidentais em um grande salão construído especialmente para danças e bazares beneficentes. A deferência que os homens japoneses prestavam às mulheres

nessas ocasiões, incluindo suas esposas – que quase nunca acompanhavam os maridos em qualquer outra ocasião social – era particularmente desagradável para aquelas que buscavam uma verdadeira mudança social e não um exercício superficial de etiqueta ocidental. Passar do antigo costume de desprezar as mulheres para o novo hábito de abrir as portas para elas sem considerar o significado de tal mudança em um nível mais profundo certamente não produziria a revolução nas atitudes que a sociedade japonesa precisava.

O Partido Liberal se dissolveu em 1884, deixando as milhares de mulheres organizadas em sociedades de palestras públicas e grupos sem uma organização nacional por meio da qual pudessem canalizar seus esforços. E, quando o foco da política se voltou para a elaboração de uma nova constituição, as mulheres ficaram consternadas ao descobrir que a maioria dos teóricos do movimento pelos direitos populares não as incluía em suas propostas de mudança política e social.

Vivendo em Yokohama e Tóquio, escrevendo para mulheres de classe média e alta que liam o *jogaku zasshi* 女学雑誌, Kishida, como muitas de suas contemporâneas feministas, viu-se mais isolada à medida que reduzia o foco de suas preocupações com as mulheres, cada vez mais incapaz de manter a intensidade de antes. Além disso, em 1890, o governo Meiji estabeleceu a Lei de Associação e Encontros Políticos que impedia as mulheres de falar e até participar de reuniões políticas.

Apesar de casos como o de Kishida, a Era Meiji também foi um período de tentativa de guiar as mulheres para a modéstia e o comedimento, com livros didáticos ensinando a temperar seus discursos e opiniões. Aliás, as novas oportunidades de educação ensinavam as japonesas a servir sua nação e suas famílias através do estudo, mas as meninas usaram isso para criar a ideia de garotas modernas, as *jogakusei* 女学生.

Suas roupas simbolizavam a liberdade de experimentar e pegar emprestado outros gêneros e locais, desenvolvendo um estilo próprio. Era a ideia de tentar papéis diferentes através de roupas e isso, claro, recebeu críticas e acusações de ser um movimento meramente superficial. Assim, mesmo em meio a valores puritanos e conservadores, a moda e a crítica social das japonesas daquela época deram visibilidade às mulheres do período Meiji, como o fazem até hoje.

E é fato que muito tempo se passou entre os esforços de damas como Kishida e os movimentos feministas japoneses dos nossos dias, mas como vimos no início desse ensaio, muitas das lutas parecem continuar. Ainda hoje jovens a nível universitário se mostram desesperadas com a falta de perspectiva de casamento, deixando a mim, uma mera historiadora ocidental, tanto assustada com a pressão indireta quanto impressionada com a semelhança da realidade de séculos atrás.

Segundo o já citado sociólogo Kawashima, a família moderna japonesa é constituída por dois tipos de sistema: as famílias ricas que seguem o ideal neo-confucionista da época dos samurai, com papéis de dominador e dominado; e as famílias comuns, que seguem o sistema feudal de deveres e obrigações. Essa realidade está presente em outros âmbitos daquela sociedade, em maior ou menor escala, como nas relações dos chefes com seus funcionários.

Em pleno século XXI, dentro desse sistema, mulheres japonesas ainda têm que ouvir de superiores e colegas que o uso de salto baixo e óculos prejudica sua imagem, como se fossem meros enfeites no trabalho. No âmbito familiar, eu mesma tive que ouvir pais afirmando que suas filhas solteiras jamais conseguiriam casar porque falavam demais, ou seja, expressavam seus sentimentos e pensamentos livremente. Isso porque a sociedade como um todo ainda parece enxergar as mulheres apenas como donas de casa em formação, não importando sua área de atuação e seu sucesso profissional - elas só estariam completas como belas e femininas, como boas esposas e mães sábias.

Bibliografia Básica:

- ANDERSON, Marnie S. **Kishida Toshiko and the Rise of the Female Speaker in Meiji Japan**. U.S.-Japan Women's Journal, 2006, No. 30/31 (2006), pp. 36-59.
- BARDSLEY, Jan. **Introduction: Leading Women in Meiji Japan**. U.S.-Japan Women's Journal, 2006, No. 30/31 (2006), pp. 3-12.
- **"Glasses ban" for women?**. NHK World Japan. 19 de Novembro de 2019.
- HOLLINGSWORTH, Julia e OGURA, Junko. **Thousands of Japanese women join campaign to ban workplace high heel requirements**. CNN Style. 4 de Junho de 2019.
- **Japan 'glasses ban' for women at work sparks backlash**, BBC, 8 de Novembro de 2019.
- **Japan's labour ministers says high heels at work are 'necessary'**. BBC. 5 de Junho de 2019.
- **Japanese women are fighting for the right to wear glasses to the office**, World Economic Forum, 12 de Novembro de 2019.
- KISHIDA, Toshiko. **Daughters in Boxes**. Trans. by Rebecca L. Copeland and Aiko Okamoto MacPhail in *The Modern Murasaki: Writing by Women of Meiji Japan*, eds. Rebecca L. Copeland and Melek Ortabasi (New York, N.Y.: Columbia University Press, 2006), pp. 62-71.
- KOBAYASHI, Tetsuya. **Tokugawa Education as a Foundation of Modern Education in Japan**. Comparative Education Review, Vol. 9, No. 3 (Oct., 1965), pp. 288-302.
- NIWA, Akiko e TOMIKO, Yoda. **The Formation of the Myth of Motherhood in Japan**. U.S.-Japan Women's Journal. English Supplement, 1993, No. 4 (1993), pp. 70-82.
- PATESSIO, Mara. **Women's Participation in the Popular Rights Movement (Jiyū Minken Undō) during the Early Meiji Period**. U.S.-Japan Women's Journal, 2004, No. 27 (2004), pp. 3-26.
- _____. **Women's Political Participation**. In: *Women and Public Life in Early Meiji Japan - The Development of the Feminist Movement*. University of Michigan Press, U of M Center for Japanese Studies (2011).
- RACHELLE, Vivian. **What Is the #KuToo Movement? Japanese women are protesting the widespread policy of mandatory high heels at work**. JSTOR Daily. 28 de Agosto de 2019.

- REUTERS. **Japanese women fight for right to wear glasses to work.** The Asian Shimbun. 9 de Novembro de 2019.

- SAITO, Rika. **Constructing and Gendering Women's Speech: Integrated Language Policy through School Textbooks in Meiji Japan.** U.S.-Japan Women's Journal , 2006, No. 30/31 (2006), pp. 132-159.

- SIEVERS, Sharon L. **Feminist Criticism in Japanese Politics in the 1880s: The Experience of Kishida Toshiko.** Signs, Vol. 6, No. 4 (Summer, 1981), pp. 602-616.

- STANLEY, Amy. **Enlightenment Geisha: The Sex Trade, Education, and Feminine Ideals in Early Meiji Japan.** The Journal of Asian Studies , AUGUST 2013, Vol. 72, No. 3 (AUGUST 2013), pp.539-562.

- SUZUKI, Mamiko. **Between the Public Persona and the Private Narrator: The Open Space of Kishida Toshiko's Diaries (1891-1901).** U.S.-Japan Women's Journal , 2008, No. 35 (2008), pp. 6-25.

- TSURUMI, Patricia E. **The State, Education, and Two Generations of Women in Meiji Japan, 1868-1912.** U.S.-Japan Women's Journal. English Supplement, No. 18 (2000), pp. 3-26.

- UENO, Hisako e VICTOR, Daniel. **Japanese Women Want a Law Against Mandatory Heels at Work.** The New York Times. 4 de Junho de 2019.

- WAKATSUKI, Yoko e WESTCOTT, Ben. **Japanese minister: High heels for women at work are 'occupationally necessary and appropriate'.** CNN Style. 6 de Junho de 2019.

- WARD, Marguerite. **Japan's #KuToo movement scores a major win as lawmakers respond to outcry over harsh workplace rules for women.** Business Insider.

- **Why Japanese women are taking a stand against high heels: Social media campaign against dress codes and expectations that women wear high heels at work has gone viral.** The Week. 5 de Junho de 2019.

- WRAY, Meaghan. **Japanese women defend right to wear glasses at work after companies forbid eyewear.** Global News. 12 de Novembro de 2019.